



ÁFRICA/RD CONGO - "Enfrentar uma vez por todas o problema das milícias hutu ruandesas", pedem os missionários

Kinshasa (Agência Fides) – Os recentes confrontos armados na fronteira dos dois países entre os militares da República Democrática do Congo e de Ruanda, demonstram, segundo os missionários da Rede Paz para o Congo, que a estratégia de Kigali de financiar vários grupos armados no Kivu do Norte foi desmascarada. O governo ruandês foi, assim, obrigado a fazer intervir diretamente o próprio exército para controlar uma região rica de recursos naturais.

Um dos pretextos utilizados por Ruanda para intervir no nordeste da RDC é a presença na área das FDLR (Forças Democráticas para a Libertação de Ruanda), uma milícia hutu ruandesa instalada na RDC, cujos membros são com frequência acusados de terem participado do genocídio ruandês de 1994.

“Na realidade, as FDLR são principalmente uma ameaça para a população congoleza, vítima de seus intoleráveis abusos: detenções arbitrarias, furtos de produtos agrícolas, ameaças de morte, incêndios de vilarejos e torturas físicas”, afirma o comunicado da Rede Paz para o Congo, enviado a Fides.

Nas últimas semanas, quase 200 membros das FDLR se renderam ao exército congolês e à Missão da ONU no Congo. Os que estiveram dispostos a regressar a Ruanda serão repatriados no âmbito do programa de desarmamento e reinserção já previsto. Os outros serão afastados da fronteira ruandesa e transferidos temporariamente para o interior do Congo, à espera de encontrar outros países dispostos a acolhê-los. “Trata-se de duas propostas provavelmente difíceis de realizar”, afirma o comunicado. “A primeira, porque serão poucos os membros da FDLR dispostos a serem repatriados a Ruanda”, onde temem por suas vidas. “A segunda, porque muitos políticos e membros da sociedade civil congoleza são absolutamente contrários a sua transferência para o interior extremamente instável e porque, conhecendo os tempos longos da diplomacia internacional, preveem um prolongamento indeterminado de sua recolocação provisória, à espera de encontrar outros países a acolhê-los”. Portanto, é preciso que a comunidade internacional promova um diálogo entre os dois Estados para que delimitem a fronteira e resolvam a questão das FDLR, sem passar pelas “etapas intermédias”, que correm o risco de se tornarem definitivas. (L.M.) (Agência Fides 25/6/2014)